

A 'MEXICANIZAÇÃO' DA AMAZÔNIA

PAULO BONAVIDES

“Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”! A frase, que eu não sei quem a proferiu, mas que bem poderia ter sido de Ortega y Gasset, é perpassada de fina e amarga ironia, e põe o dedo do testemunho histórico na ferida da fatalidade geográfica de que foi vítima, no século passado, a república de Hidalgo e Juarez.

Com efeito, menos de vinte anos depois de emancipar-se do domínio espanhol, em 1821, o México perdia para os Estados Unidos a sua “Amazônia” setentrional, sem florestas tropicais, mas de clima temperado e composta de vastas e fertilíssimas terras, onde jazia o ouro da Califórnia, as pastagens do Texas e as riquezas adormecidas de imensos e gigantescos lençóis petrolíferos. A Califórnia era enaltecida e descrita como “a mais rica, a mais bela e a mais saudável região do mundo” (1).

Territórios de povoamento extremamente rarefeito, encravados nas antigas possessões espanholas e herdados à nova república, eles compunham ao todo uma faixa de 850.000 milhas quadradas. Todo esse vasto espaço de enormes tesouros naturais foi perdido para o País vizinho, cujos habitantes o ocuparam primeiro pacificamente, como hóspedes bem-vindos, comprando e demarcando terras de propriedade privada e nelas se instalando; depois, na segunda fase, proclamando ali uma república títere — a República do Texas — e, finalmente, pelas armas, com a invasão militar e os exércitos de conquista e anexação, executores de um cálculo de expansão política, militar e econômica verdadeiramente inexorável.

Os bons americanos, que cultivam sentimentos democráticos, conservam até hoje a respeito da questão mexicana e daquela política do “manifesto destino” (“manifest destiny”) um certo complexo de culpa — a dor e o peso na consciência que lhes trouxe o remorso de haverem crescido e medrado grandemente a expensas da nação vizinha, esbulhada e agredida.

Quem aliás dá conta desses sentimentos é o professor de história David Saville Muzzey, da Universidade de Columbia, nos seguintes termos:

“Muitos historiadores americanos têm denunciado a Guerra Mexicana como uma nódoa em nossa honra nacional e representaram os Estados Unidos como o lobo da fábula de La Fontaine, inventando um pretexto para devorar o cordeiro. Diz Thodes, por exemplo, que nós impelimos o México para a guerra” (2).

Com inteira insuspeição, escrevem Canfield, Wilder, Paxon, Coulter e Mead na obra coletiva intitulada “A Formação dos Estados Unidos”: “Quando o governo mexicano despertou para o perigo e tomou medidas para deter a ulterior imigração era demasiado tarde” (3).

Desmembrado o Texas, que se autoproclamou, em 1836, uma República, provisória e de ficção, que durou apenas nove anos, o México, que era um país de 7 milhões de habitantes frente aos Estados Unidos de 20 milhões, logo a seguir, em 1848, viu consumada nas ruínas da guerra perdida a tragédia nacional.

“O tratado de paz, assinado em Guadalupe — Hidalgo, escreve Elson, trasladou para os Estados Unidos o território que desde então se tornou os Estados da Califórnia, Nevada e Utah, parte do Colorado e a maior parte do território do Novo México e do Arizona” (4).

Um movimento de simpatia pela causa mexicana animou, contudo, a alma dos pacifistas da Nova Inglaterra, que reprovaram a expansão e fizeram Lowell escrever nos “Biglow Papers” que a guerra era um assassinio (“was war murder”). Thoreau conclamava seus compatriotas “à rebelião e à revolução” (“to rebel and revolutionize”) enquanto Albert Gallatin, da Pensilvânia, considerava a Guerra Mexicana como “excelente exemplo da perversão do patriotismo”. Nesse ínterim, o Estado de Massachusetts declarava que o conflito era uma “guerra de conquista”, ao mesmo passo que os abolicionistas, fazendo coro com o “jovem congressista” Abrahão Lincoln, denunciavam-na como uma conspiração escravocrata, asseverando que os americanos não estavam derramando sangue por uma parcela de seu próprio solo (5).

“A Guerra Mexicana não foi travada pelos Estados Unidos por causa de uma disputa fronteiriça, como o mundo fora induzido a crer, mas porque Ahab cobiçava a vinha de Nabor, e os proprietários de escravos punham suas vistas sobre o fértil sudoeste e dele desejavam se apoderar”, pondera Elson (6).

Ainda bem que houve americanos como Lincoln no século passado e Franklin Delano Roosevelt no século XX para resgatar com a fé da democracia e da liberdade essa feia página da história dos Estados Unidos. Lincoln libertou escravos e Roosevelt arquitetou a política de boa vizinhança e formulou o

Estado social americano, sendo um homem totalmente distinto daquele seu parente e antepassado. Theodore Roosevelt, caçador de onças e senhor da política expansionista do “bengalão”, a política do “big stick” no Caribe, ou seja, do “fale manso e use um bom porrete, que você vai longe”.

Todas essas reflexões e remissões ao passado não são descabidas. Urge refrescar a memória continental de nosso povo. A situação do Brasil tem certas analogias com a do México no século passado, na medida em que desperta hoje a cobiça inconfessável de superpotências estrangeiras, que têm por ponta de lança algumas das chamadas organizações não-governamentais, cuja ação se espalha pelo mundo inteiro e cuja linguagem é precursora, introdutória e preparatória do assalto à soberania, não tendo obviamente a reserva, o comedimento e a dissimulação do discurso diplomático. Suas ameaças já são palpáveis e constituem a pré-agressão do futuro (7).

Corremos o risco de ver até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) fazer aqui, de forma até mais refinada e eficaz, o papel que os Estados Unidos fizeram, com menos hipocrisia, no século passado.

Há mais joio do que trigo nos problemas da preservação da cultura indígena, na batalha pela sobrevivência das tribos ianomâmis, na cruzada da ecologia, na defesa da floresta amazônica.

O cavalo de Tróia de falsos ecologistas, falsos antropólogos, falsos indianistas e falsos evangelizadores se introduz sub-repticiamente na Amazônia diante de uma Nação perplexa, açoitada de três crises sucessivas e cumulativas de desagregação do país: a crise de governabilidade, a crise de inconstitucionalidade e retrocesso institucional e, de último, a crise de desnacionalização, para a qual nos quiseram empurrar com um separatismo de opereta e fancaria, cuja fragilidade ridícula pode, todavia, principiar como comédia e acabar como tragédia. Foi o que aconteceu com a Alemanha, onde o “putsch” de Hitler na cervejaria de Munique ninguém levou a sério e teve por desdobramento o nacional-socialismo e a Segunda Grande Guerra Mundial.

Um senador americano do alto do Capitólio fez bravatas verbais e indiretas contra o Brasil ao mesmo tempo que o Presidente de uma grande potência européia declarou, solene e peremptoriamente, que a Amazônia é “patrimônio da humanidade” (como se Paris também não o fora...). Não faltaram por igual ingleses fanáticos e xenófobos preconizando ostensivamente o genocídio de nosso povo e bradando pelas chamas de uma nova Inquisição. Querem os brutos “queimar um brasileiro” da mesma maneira que os nazistas incineravam nas câmaras de gás os desgraçados hebreus.

A “mexicanização” da Amazônia é conjuração em marcha, que vem

desde o célebre Estatuto da Hiléia Amazônica e desemboca em fatos recentes, os quais traduzem sintomas de traição nacional e corrosão da unidade de nosso povo. Tais ventos sopram da parte daqueles que, consciente ou inconscientemente, fomentam teses desse teor, contra a qual sempre nos insurgimos: a relativização formal das soberanias nacionais, que só favorece os superfortes do Primeiro Mundo e arrebatada aos povos fracos a arma jurídica e moral mais poderosa de que outrora se valeram as nacionalidades para fechar o ciclo histórico dos privilégios feudais.

Querem dois exemplos concretos dessa tese — a mais grave e funesta que ora nos ameaça diretamente? Primeiro, o programa de desestatização, cumprido para enfraquecer o Estado sem fortalecer democraticamente a Sociedade; enfraquecer o Estado e sua economia é desapossar a Nação dos instrumentos que lhe afiançam a possibilidade de alforria. Segundo, a proposta divulgada por “respeitáveis” órgãos de opinião da imprensa estrangeira para esvaziar orçamentos militares, extinguir, ou simplesmente atribuir papel secundaríssimo de forças subalternas e auxiliares de segurança interna aos exércitos da América Latina. Enquanto isso, forças estrangeiras fazem estranhas manobras militares perto de nossas fronteiras setentrionais, em plena selva amazônica de uma das Guianas.

Desarmar o país é o primeiro passo para a sua desnacionalização e o seu desmembramento. Ocupemos pois a Amazônia que é nossa primeiro que outros o façam. O Presidente da República parece haver tomado já consciência da gravidade nacional e internacional desse perigo e não há de passar à História como o Bustamante brasileiro, ou seja, aquele desditoso Presidente mexicano que em 1830 exarou o decreto da interdição migratória, quando já era tarde, e suas leis não puderam cumprir-se, e Tróia ardeu.

Há muitos fantasmas rondando a Amazônia. Vamos exorcizá-los enquanto é tempo, antes que eles se materializem e a Amazônia seja riscada do mapa do Brasil!

NOTAS

(1) L. H. Confield, Wilder, Paxson, Coulter e Mead, “The United States in the Making”, Cambridge, 1937, pág. 355.

(2) David Saville Muzzey, “History of the American People”, Boston, 1929, pág. 299.

(3) L. H. Confield e outros, ob. cit., pág. 351.

(4) Henry William Elson, "History of the United States of America", Vol. III, New York, 1905, pág. 178.

(5) Merle Curti, "The Growth of American Thought", second edition, New York and London, 1943, pág. 422; L. H. Confield e outros, ob. cit., pág. 358.

(6) H. W. Elson, ob. cit., pág. 171.

(7) O emprego instrumental dessas organizações, para advogar interesses e até mesmo patrocinar involuntariamente causas lesivas à soberania nacional dos países oprimidos do Terceiro Mundo, tem sido freqüente e é preferido, porquanto neutraliza suspeitas, remove desconfianças, propicia manipulações, transforma opinião publicada em opinião pública, e sobretudo confere, à primeira vista, teor de legitimação a esse processo de interferência acobertada. Tal acontece, visto que a iniciativa em busca da execução de fins corrosivos aos interesses nacionais não parte diretamente da potência estrangeira, mas servindo-lhe melhor aos objetivos de cuja responsabilidade se exime, emerge da interior revolta aparente do elemento nacional, ou seja, do protesto de camadas profundas da própria sociedade agredida; agressão da qual a sociedade mesma nem sequer toma consciência.

--oOo--

O Estado não é um ser vivo, portanto não tem interesses próprios a serem zelados; seus interesses são os interesses do seu povo.

MONTESQUIEU — "L'Ésprit des lois"